



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART

Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes
Em 31 de dezembro de 2020



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e administradores e da

PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART

Recife - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas variações patrimoniais e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Administração da PERPART constituiu Provisão para Contingências no montante de R\$ 247.247.343 referente a processos trabalhistas, cíveis e fiscais/tributários. Entretanto, conforme descrito na nota explicativa número 16, a provisão não é suficiente para cobrir as perdas prováveis, sendo a insuficiência não provisionada, naquela data, de R\$ 3.802.680. Consequentemente, em 31/12/2020, o Passivo Não Circulante está a menor, e o Patrimônio Líquido e o resultado do exercício estão a maior no referido valor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

3



Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa número 18 às demonstrações contábeis que indica que a Sociedade vem apresentando Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) sucessivamente, R\$ 296.866.835 em 31/12/2020 (R\$ 316.976.606 em 31/12/2019). Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão dos aportes efetuados pelo Governo do Estado de Pernambuco. Conforme apresentado na nota explicativa 18, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborado sob a responsabilidade da administração da Sociedade cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 9 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios estabelecidos nesse pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinados por nós, cujo relatório de auditoria, foi emitido em 20 de março de 2020 sem qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 19 de março de 2021

Paula Almeida Marinho

RBO CONSULTORES E AUDITORES LTDA

Paula Almeida Marinho

Contador CRC-PE 022.938/O-3



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

Nota		2020	2019	Nota		2020	2019
ATIVO				PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO			
Circulante				Circulante			
5	Caixa e equivalentes de caixa	1.925.348	2.409.142	14	Empréstimos e financiamentos	1.500.886	3.356.208
6	Créditos a receber	859.405	1.267.925	15	Parcelamentos fiscais	6.133.000	6.074.226
7	Tributos a compensar e/ou recuperar	580.770	1.020.628		Fornecedores e credores	816.414	567.800
	Adiantamentos a funcionários	1.869.509	2.044.692		Salários e encargos sociais	13.630.255	13.227.817
8	Estoques	45.551	50.711		Consignações	1.331.203	1.070.807
	Depósitos realizáveis a curto prazo	443.667	136.058		Obrigações tributárias	67.581	65.806
	Despesas antecipadas	-	208		Outras contas a pagar	474.832	167.821
		5.724.249	6.929.366			23.954.175	24.530.485
Não circulante				Não circulante			
9	Depósitos Judiciais	7.801.791	8.754.248	14	Empréstimos e financiamentos	2.107.990	3.747.770
10	Propriedade p/Investimentos	13.469.532	13.469.532	15	Parcelamentos fiscais	14.972.209	21.227.656
11	Investimentos	138.261	134.433	16	Provisão contingência	247.247.343	261.190.414
12	Imobilizado	6.814.873	6.965.965	17	Obrigações - Entidades extintas	42.533.826	42.533.826
		28.224.457	29.324.180			306.861.368	328.699.664
TOTAL DO ATIVO				Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)			
		33.948.705	36.253.546	18.1	Capital social	428.318.366	415.240.180
				18.2	Adto. P/ Fut. Aum. Capital (AFAC)	6.594.960	13.078.186
				18.4	Prejuízos acumulados	(731.780.161)	(745.294.972)
						(296.866.834)	(316.976.606)
					TOTAL DO PASSIVO	33.948.709	36.253.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

7

Rua Marechal Rondon, 146 - CxPs 605, Casa Forte.
Recife/PE. CEP: 52.061-055
CNPJ nº 24.832.182/0001-25

www.rbo-rio.com.br
rbo@rbo-rio.com.br
Tel.: +55 (81) 9.9247.2818/9.8825.5147/9.8808.7096



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita Operacional Líquida	19	5.305.778	5.561.695
Custos das unidades imobiliárias vendidas		-	-
Lucro bruto		5.305.778	5.561.695
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas		(90.467.235)	(97.340.492)
Reversão/ Provisões de Contingência		13.943.071	21.753.377
Reversão/Provisões de Perdas Estim. s/Créd. a receber		(1.634.491)	6.663.517
Transferências liquidas do Tesouro Estadual		87.813.816	88.205.685
Outras despesas operacionais		(1.248.316)	(31.758)
Outras receitas operacionais		43.109	24.467
Lucro operacional antes de participações societárias e do resultado financeiro		13.755.731	24.836.493
Resultado financeiro	20		
Despesas financeiras		(403.312)	(1.091.178)
Receitas financeiras		7.507	388.058
Lucro líquido do exercício		13.359.926	24.133.372
Lucro por ação no final do exercício		32	59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado do exercício	13.359.926	24.133.372
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>13.359.926</u>	<u>24.133.372</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	Nota	Capital social	Ajuste de Av. Patrimonial	Prejuízos acumulados	AFAC - Adto. Fut.Aum.Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		399.802.081	-	(770.054.079)	15.438.098	(354.813.899)
Integralização do Capital Social						
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		15.438.098	-	-	(15.438.098)	-
Reversão da Reserva de Capital		-	-	-	13.078.186	13.078.186
Transferência da Reserva Reavaliação Realizada		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	625.735	-	625.735
Ajuste de Av. Patrimonial		-	-	-	-	-
Lucro do Exercício		-	-	24.133.372	-	24.133.372
Saldo em 31 de dezembro de 2019		415.240.180	-	(745.294.972)	13.078.186	(316.976.606)
Integralização do Capital Social						
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18.1	13.078.186	-	-	(13.078.186)	-
Reversão da Reserva de Capital	18.2	-	-	-	6.594.960	6.594.960
Transferência da Reserva Reavaliação Realizada		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	154.886	-	154.886
Ajuste de Av. Patrimonial		-	-	-	-	-
Lucro do Exercício		-	-	13.359.926	-	13.359.926
Saldo em 31 de dezembro de 2020		428.318.367	-	(731.780.160)	6.594.960	(296.866.834)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo/Lucro do exercício	13.359.926	24.133.372
Ajustes:		
Depreciação	151.092	238.215
Provisão de Férias	223.340	(388.299)
Reversão das (Constituição das) Provisões para Contingências	(13.943.071)	(21.753.377)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
(Reversão) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.634.491	6.663.517
Ajuste a valor justo	(3.828)	(1.211.973)
	<u>1.421.950</u>	<u>7.681.455</u>
(Aumentos) Reduções dos Ativos Operacionais:		
Créditos a Receber	(1.225.751)	(2.173.044)
Tributos a Compensar e/ou Recuperar	439.859	(12.988)
Adiantamentos a Funcionários	174.964	(54.400)
Estoques	5.161	3.217
Depósitos Judiciais	644.848	(329.363)
Despesas Pagas Antecipadamente	208	(88)
	<u>39.288</u>	<u>(2.566.667)</u>
Aumentos (Reduções) dos Passivos Operacionais:		
Fornecedores e Credores	248.614	(428.446)
Salários e Consignações a Pagar	39.870	(71.507)
Encargos Sociais e Tributos a Recolher	709.009	(154.910)
Outras Contas a Pagar	(599)	604
	<u>996.895</u>	<u>(654.258)</u>
CAIXA GERADO/(APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2.458.133</u>	<u>4.460.529</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Baixas de Investimentos	-	(2)
Bens Móveis adquiridos	-	(4.456)
CAIXA GERADO/(APLICADO) - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>-</u>	<u>(4.458)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Variação dos Financiamentos	(3.490.149)	(11.948.728)
Variação dos Parcelamentos Fiscais	(6.201.624)	(7.447.238)
Variação de Obrigações Vertidas de Entidades Extintas	-	-
Créditos para aumento de Capital	(6.483.226)	(2.359.912)
Aumento de Capital	13.078.186	15.438.098
Ajustes de Exercícios Anteriores	154.886	633.066
CAIXA (GERADO)/APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(2.941.928)</u>	<u>(5.684.713)</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(483.794)</u>	<u>(1.228.641)</u>
DEMONSTRAÇÃO (DO AUMENTO) DA REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.409.142	3.637.783
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.925.348</u>	<u>2.409.142</u>
	<u>(483.794)</u>	<u>(1.228.641)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

	2020	2019
(1) RECEITAS	4.174.020	12.721.382
(1.1) Venda de serviços	5.765.402	6.033.398
(1.2) Outras receitas	43.109	24.467
(1.3) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(1.634.491)	6.663.517
(2) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.722.315)	(4.625.443)
(2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros	14.020.947	13.709.038
(2.2) Perda (recuperação) de valores ativos	(16.743.262)	(18.334.481)
(3) VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	6.896.335	17.346.825
(4) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	151.092	73.121
(5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	6.745.242	17.273.704
(6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	87.821.322	88.593.743
(6.1) Receitas financeiras	7.507	388.058
(6.2) Transferências intragovernamentais recebidas	87.808.806	88.205.685
(6.3) Transferências recebidas independentes da execução orçamentária	5.010	-
(7) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	94.566.565	105.867.448
(8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	94.566.565	105.867.448
(8.1) Pessoal	80.156.214	79.910.991
(8.1.1) Remuneração e encargos	79.167.559	78.324.802
(8.1.2) Benefícios	988.655	1.586.188
(8.2) Impostos, taxas e contribuições	647.112	731.907
(8.3) Remuneração de capitais de terceiros	403.312	1.091.178
(8.3.1) Despesas financeiras	403.312	1.091.178
(8.3.2) Aluguéis	-	-
(8.3.3) Transferências intragovernamentais concedidas	-	-
(8.4) Remuneração de capitais próprios	13.359.926	24.133.372
(8.4.1) Lucros retidos/Prejuízo do exercício	13.359.926	24.133.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro - Valores em Reais (sem centavos)

1. Contexto Operacional

A Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart) é uma companhia fechada de economia mista de capital autorizado de R\$ 405.000.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais), criada pela Lei Estadual nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 19.243, de 07 de agosto de 1996, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 20.510, de 30 de abril de 1998, Lei Estadual nº 11.671, de 27 de setembro de 1999, e Lei nº 16.683, de 1 de novembro de 2019, estando vinculada à Secretaria da Casa Civil.

A Companhia tem como objeto social: (a) geração e gestão de recursos para alocação em investimentos públicos no Estado de Pernambuco e a administração dos créditos, direitos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista, das quais o Estado de Pernambuco detenha o controle acionário; (b) participação no capital de outras sociedades, públicas e privadas, como sócia ou acionista, bem como a promoção de projetos especiais de interesse do Estado, por meio da prestação de apoio técnico, econômico-financeiro e de gestão administrativa; (c) incremento e participação de investimentos e empreendimentos produtivos destinados à geração de empregos e ao fortalecimento da economia do Estado de Pernambuco; (d) prestação de serviços especializados de consultoria em tecnologia da informação; (e) comercialização dos bens imóveis e equipamentos comunitários remanescentes dos conjuntos habitacionais da extinta Cohab-PE; (f) alienação de bens móveis e imóveis das empresas incorporadas que não se destinem ao ativo permanente da sociedade; e (g) realização de atividades relacionadas a treinamento, capacitação e educação corporativa.

Por ser uma estatal dependente de recursos do Tesouro Estadual, a PERPART recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. A administração da Sociedade iniciou processo de reestruturação operacional com algumas ações de médio e longo prazo com o objetivo de recuperar o seu patrimônio negativo (passivo a descoberto) apresentados nos últimos exercícios, a exemplo do aumento do aporte por parte do Governo do Estado, com o objetivo de trazer o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade de suas operações.

2. Bases de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e, de forma complementar, com as orientações emitidas pelo Comitê de Orientações Técnicas (Cotec), do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco (GTCon Estatais), com alcance entre as estatais dependentes do Tesouro Estadual, atendendo ao que dispõe o Decreto Estadual nº 41.747, de 21 de maio de 2015.

Em conformidade com o disposto no art. 180 da Lei Estadual nº 7.741, de 23 de outubro de 1978, denominado de Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco, os ativos e os passivos do Fundo de Regularização Fundiária (FRF) operacionalizado pela Perpart foram registrados em contas específicas e sintéticas de compensação, descritas na Nota 21.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

2.3. Moeda funcional

Os valores incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados em reais, moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua, assim denominada moeda funcional.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: estimativa para crédito de liquidação duvidosa, redução dos valores de recuperação dos ativos, e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros disponíveis para venda e (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda – quando aplicáveis são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

b) Empréstimos e recebíveis – são incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Companhia compreendem:

b.1) Caixa e equivalentes de caixa – são representados por caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação.

b.2) Contas a receber de clientes – são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa nº 06. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais pois a empresa realiza a totalidade de suas vendas de serviços para recebimento imediato.

b.3) Estimativa para créditos de liquidação duvidosa – as contas a receber que possuam evidências objetivas que demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros, são estimadas. A Administração avalia periodicamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa, considerando, o nível de atraso dos créditos a receber. Os valores com mais de 90 dias de vencidos são objeto de estimativas para perdas, funcionando como redutora dos recebíveis.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por financiamentos (créditos habitacionais e parcelamentos fiscais) e fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.2. Estoques

O estoque é composto exclusivamente por materiais destinados ao consumo interno, sendo demonstrado pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, dos dois o menor e estão classificados no ativo circulante.

3.3 Propriedade para Investimento

É representada por terrenos e edificações, na sua grande maioria originários das incorporações das extintas Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco (Cohab-PE) e Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco (Ceagepe) Empresa de Assistência Técnica e Ext. Rural do Estado de Pernambuco (EMATER), localizados por todo o território do Estado de Pernambuco, concentrando em torno de 50% das unidades na Região Metropolitana do Recife.

São registradas pelo custo de aquisição, e por opção da Companhia, avaliadas a cada encerramento de exercício pelo valor justo.

3.4. Imobilizado

Registrados ao custo histórico, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução do valor recuperável. A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota nº 12.3. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

Considerando que a data base para a adoção inicial foi o exercício encerrado em 31/12/2010, e a opção pelo uso do custo atribuído deveria refletir a posição em 31/12/2009 e 01/01/2009, a Companhia mesmo realizando a revisão dos custos históricos dos bens e identificando ativos substancialmente abaixo dos seus valores justos, não procedeu aos lançamentos necessários devido à impraticabilidade de elaborar avaliações dos ativos que retroagissem às datas bases comparativas.

3.5. Cessão de imóveis

A Perpart possui a propriedade de 333 (trezentos e trinta e três) imóveis transferidos através de cessões, assim distribuídos: 02 (dois) imóveis cedidos à União, 152 (cento e cinquenta e dois) ao Estado de Pernambuco, 84 (oitenta e quatro) entre municípios pernambucanos e 95 (noventa e cinco) a entidades sem fins lucrativos. A Companhia após ceder os respectivos imóveis, deixa de possuir qualquer nível de gerência sobre esses, mantendo apenas a propriedade, e não se credita dos benefícios econômicos gerados ou potenciais, não atendendo desta forma a definição de ativo contida nos normativos e legislação específicos da contabilidade societária, sendo então controlados apenas de forma extracontábil.

3.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e investimentos são avaliados pela Companhia a cada encerramento de exercício para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicativas que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.



3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.7.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2), regulamentado pelo CFC através da NBC TG 03 (R3) e da Deliberação CVM nº 641/2010, que tratam da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apresentada em conformidade com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, Resolução do CFC nº 1.138/08, de forma a evidenciar a riqueza criada durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4. Ações de Interesse Coletivo Decorrentes da Incorporação de Imóveis Destinados a Políticas Públicas

Em 2020, o Programa Propriedade Legal, no qual tem a Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart) como executora das ações, regularizou 307 escrituras definitivas, beneficiando 1.535 pessoas (nos municípios de Recife), com o custo operacional de registro de escritura para a Perpart de R\$ 12.280.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

Em milhares de Reais	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta correntes	967.149	722.613
Numerários	958.199	1.686.529
Total de caixa e equivalente de caixa	1.925.348	2.409.142

6. Créditos a Receber

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020		31/12/2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Sub-total 01		-	-	-	-
Créditos das entidades extintas	(a)				
Cohab		-	111.074	-	111.074
Emater		-	156.950	-	156.950
Fisepe		1.311.557	-	1.311.557	-
Ceagepe		1.615.750	1.016.726	1.615.750	1.016.726
Emtu		1.058.582	5.000.000	1.058.363	5.000.000
Sub-total 02		3.985.889	6.284.750	3.985.670	6.284.750
Créditos da Perpart	(b)	1.004.863		1.004.863	
Faturas a receber		9.066.287		7.840.535	
Sub-total 03		10.071.150		8.845.398	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(c)	(13.197.635)	(6.284.750)	(11.563.145)	(6.284.750)
Total Geral Líquido		859.404	-	1.267.923	-

(a) *Créditos das entidades extintas* – o crédito no valor de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), do Ativo Não Circulante, é decorrente de adiantamento efetuado às empresas de ônibus integrantes do sistema de transporte outrora administrado pela extinta Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), por conta de diferença de tarifa pleiteada por aquelas empresas, através de ação interposta pelo sindicato da categoria em tramitação na justiça cível.

(b) *Créditos da Perpart* – constituídos pelos recebíveis decorrentes das operações objeto da Companhia, com destaque para a cessão de pessoal. O valor mais representativo em 31/12/2020 corresponde a Prefeitura da Cidade do Recife.

(c) *Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa* – após alcançar 90 dias de vencidos, os créditos não recebidos são encaminhados ao departamento jurídico da Companhia, tornando-se passíveis de judicialização. Quando os respectivos créditos satisfazem a condição descrita, são constituídas estimativas para perdas do valor recuperável a receber.

7. Tributos a Compensar e/ou Recuperar

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a compensar	(a)	60.261	494.421
Pis/Pasep a Recuperar e Cofins a recuperar	(b)	156.300	156.296
Demais Tributos a compensar e/ou recuperar	(c)	364.209	369.911
Total		580.770	1.020.628

(a) IRRF resultante sobre a aplicação financeira realizada pela extinta Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) cujos créditos foram objeto de pedidos de restituição à Receita Federal do Brasil (RFB).

(b) Valores relativos a pedidos de restituição/compensação, encaminhados à RFB, decorrentes da utilização de despesas geradoras de créditos sobre a base de cálculo apurada do Pis/Pasep e da Cofins, não cumulativos.

(c) A redução no acumulado decorreu majoritariamente da compensação das antecipações dos valores exigidos pelo Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) e dos Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) retidos na fonte.

8. Estoques/ Almojarifado

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e sua composição representada por materiais de consumo.

Em milhares de Reais	31/12/2020	31/12/2019
Almojarifado	45.551	50.711

9. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais decorrem de sequestros em contas-correntes, penhoras e condenações. Seus valores são contabilizados individualmente e identificados por processo. A baixa do depósito ocorre pela expedição de alvará de autorização de saque para as partes integrantes do processo.

10. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento é composta principalmente por imóveis comerciais alugados a terceiros, e cada locatário tem contrato com período inicial não revogável de 2 anos, com o valor anual do aluguel indexado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Renovações subsequentes são negociadas com período médio de 2 anos.

As demais propriedades não utilizadas na operação ou não destinadas para venda a curto prazo, são mantidas com o objetivo de valorização futura.

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial		3.380.331	3.380.329
Adições (+)		0,00	3,00
Baixas (-)	(a)	0,00	(1,00)
Alteração do valor justo	(b)	10.089.201	10.089.201
Total		13.469.532	13.469.532

(a) Conforme Orientação Técnica Geral – OTG 04 Cessão de bens, no momento da cessão a empresa perde o controle, riscos e benefícios do bem, desta forma é remetido a baixa do ativo. De acordo com a mesma orientação, caso a cessão seja uma transferência "gratuita" de imóvel a



terceiro (cessionário), entende-se que não seria aplicável, por parte do proprietário (cedente), a tributação de IRPJ, CSLL, Pis/Pasep e Cofins.

(b) Os laudos de avaliação dos imóveis para investimentos foram elaborados entre 2017 e 2019. As alterações significativas nos valores foram contabilizadas em contas de controle, conforme demonstrado no quadro acima.

As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo quaisquer alterações no valor justo reconhecidas no resultado. Os ganhos ou as perdas são mensurados através de laudos de avaliação imobiliária expedidos por corpo próprio de profissionais, quando identificados indícios de alterações relevantes em seu valor de mercado.

11. Outros Investimentos

Ativos representados por títulos patrimoniais (ações preferenciais e ordinárias) de longo prazo nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

Reconhecidos inicialmente pelo custo histórico e mensurados ao valor justo por meio do resultado. São administrados e monitorados ativamente utilizando-se o preço cotado em mercado ativo para item idêntico.

Em milhares de Reais (R\$)	31/12/2020	31/12/2019
Preferenciais (PN)	49.908	40.543
Ordinárias (ON)	88.353	93.890
Ações mensuradas pelo valor justo	138.261	134.433

12. Imobilizado

12.1. Mensuração

A emissão em 2019, de novo laudo de avaliação sobre os imóveis classificados como ativo imobilizado, manteve as significativas variações identificadas nos preços de aquisição desses ativos utilizados como base para revisão das depreciações e respectivas vidas úteis. A manutenção dos valores decorre da impossibilidade de adoção do custo atribuído em período posterior a 2010. As diferenças estão demonstradas no quadro abaixo:

Discriminação	Custo histórico (R\$)	Valor dos laudos (R\$)
Terreno	5.546.166	11.806.511
Edificação (depreciado)	964.824	6.963.593
Total	6.510.990	18.770.104

12.2. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando há a probabilidade que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Sociedade.



12.3. Depreciação

A depreciação sobre bens móveis e imóveis são reconhecidas no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:	Em anos
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	5 – 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Em milhares de Reais	Terrenos e Edifícios	Máquinas, Aparelho, Equipamentos e Ferramentas	Bens de Informática	Móveis e Utensílios	Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro 2019	17.843.153	259.055	122.554	854.919	38.171	2.093	19.119.945
Adições (+)							
Alienações (-)							
Reclassificação							
Saldo em 31 de dezembro 2020	17.843.153	259.055	122.554	854.919	38.171	2.093	19.119.945

13. Teste da Redução ao Valor Recuperável (impairment)

A cada encerramento de período, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação. Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através de seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Em 2020 não houve indicações de que um ativo tenha sofrido desvalorização significativa no decorrer do exercício, considerando os preceitos adotados pela Administração, baseado no Pronunciamento Técnico CPC nº 01.

14. Empréstimos e Financiamentos

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020		31/12/2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dívida Vincenda STN/BB	(a)	1.500.886	2.107.990	3.356.208	3.747.770
Total		1.500.886	2.107.990	3.351.256	3.747.770

(a) *Dívida Vincenda STN/BB* – corresponde às prestações dos contratos de financiamento originários da extinta Cohab-PE, junto à CEF, refinanciados pelo Banco do Brasil (BB). Seu vencimento em dezembro de 2020 foi renegociado para dezembro de 2025. Cada contrato está sujeito a juros em conformidade com a taxa preestabelecida, com correção mensal pela UPR. Tem como credor a Secretaria de Tesouro Nacional (STN) e como agente financeiro o Banco do Brasil (BB). A CEF figura apenas como agente operador do financiamento.

15. Parcelamentos Fiscais

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020		31/12/2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Previdenciário					
Lei 11.941/09 – Previdenciário	(a)	1.888.168	5.348.672	1.888.971	7.236.840
Não previdenciário					
Lei nº 11.941/09 – Não previdenciário	(a)	1.193.854	2.102.169	1.210.458	3.513.533
Parcelamento IPTU	(b)	5.951	180.369	5.951	180.369
Parcelamento SPU	(b)	4.562	0,00	13.686	4.562
Total (1)		3.092.535	7.631.210	3.119.066	10.935.304
Juros s/ parcelamento previdenciário	(c)				
Lei 11.941/09 – Previdenciário		1.859.656	5.267.907	1.805.101	6.915.524
Juros s/ parcelamento não previdenciário	(c)				
Lei 11.941/09 – Não previdenciário		1.179.344	2.073.092	1.145.952	3.375.496
Parcelamento SPU		1.465	0,00	4.106	1.332
Total (2)		3.040.465	7.340.999	2.955.159	10.292.352
TOTAL GERAL (1+2)		6.133.000	14.972.209	6.074.225	21.227.656

(a) *Lei Federal nº 11.941/09* – corresponde ao parcelamento especial de débitos com a Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008. Os valores foram parcelados em 180 meses, com término previsto para outubro de 2024.

(b) *Parcelamentos SPU e IPTU* – são os demais débitos parcelados pela Companhia, correspondentes às obrigações relativas a SPU e IPTU, sendo este último objeto de pedido de impugnação, requerido à Prefeitura do Recife no ano de 2014.

(c) *Juros sobre parcelamento* – valor dos juros incorridos até 31/12/2020, sobre as dívidas fiscais parceladas pela Companhia.

16. Provisão para Contingências

Provisões compostas por processos trabalhistas, cíveis e fiscais/tributários. A Administração, consubstanciada em opinião emitida pelo departamento jurídico e escritórios (terceirizados) contratados, mantém provisão para contingências para cobrir possíveis perdas relativas aos processos em decurso.



Em milhares de Reais	Item	31/12/2020		31/12/2019	
		Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhista	(a)	592.368	188.856.065	956.854	187.404.892
Cíveis	(b)	443.146.362	36.058.912	584.030.380	23.304.880
Fiscais	(c)	5.934.241	22.332.366	106.366	50.480.641
Total		449.672.971	247.247.343	585.093.600	261.190.413

(a) Valor correspondente aos processos judiciais tendo como ré constituída, principalmente, as extintas Cohab – PE, Emater, Fisepe, Ceagepe e EMTU.

(b) Saldo remanescente de processos das extintas Cohab-PE, Emater, Ceagepe, Fisepe e EMTU.

(c) Relativos, predominantemente, a tributos municipais movidos pelas prefeituras de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes contra as companhias extintas, e incorporadas à Perpart.

17. Obrigações – Entidades Extintas

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020	31/12/2019
EMTU	(a)	42.533.826	42.533.826
Total		42.533.826	42.533.826

(a) Obrigações referentes a um possível déficit decorrente da incorporação da EMTU em janeiro de 2010.

18. Patrimônio Líquido Negativo

18.1 Capital social

As Leis Estaduais nº 14.628/12 e 16.406/18, autorizaram o aumento do capital social da Perpart, no total de R\$ 405.000.000 (quatrocentos e cinco milhões de reais), com base no § 3º do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.314/1995, a ser subscrito pelo Estado de Pernambuco, seu acionista controlador. O valor destina-se ao saneamento financeiro da Companhia.

1. O acréscimo ao capital integralizado atual de R\$ 428.318.366 (quatrocentos e vinte e oito milhões, trezentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e seis reais), composto por 421.005 (quatrocentos e vinte e um mil, e cinco) ações ordinárias nominativas, decorrente da integralização de R\$ 13.078.186 (treze milhões, setenta e oito mil, cento e oitenta e seis), referente a integralização do exercício 2020, originários das transferências realizadas no ano de 2019, pela Sefaz-PE, através da Secretaria Estadual de Administração (SAD) à Perpart.

18.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

O valor de R\$ 6.594.960 (seis milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta reais) representa o aporte de recursos, efetuados pelo Estado de Pernambuco em 2020 para integralização no ano de 2021, por ocasião da realização AGO/AGE.

23





18.3 Ajustes de exercícios anteriores

Discriminação	Em milhares de Reais
Referente ao cancelamento do saldo a liquidar de diversos fornecedores	154.886
TOTAL	154.886

18.4 Prejuízos acumulados

A conta de prejuízos acumulados foi impactada em 2020 pela ocorrência de lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 13.359.926 (treze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais). O resultado positivo foi motivado por reversão de provisões para contingências.

19. Receita Líquida

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta	(a)	5.765.402	6.033.398
Deduções (-)		(459.624)	(471.703)
ISS		-	-
PIS		(81.987)	(84.142)
COFINS		(377.637)	(387.561)
Receita Líquida (=)		5.305.778	5.561.695

(a) Receita bruta – representada por recebíveis decorrentes da operação da Companhia, com destaque para a cessão de pessoal, firmada através de convênios com diversos órgãos públicos não pertencentes ao orçamento fiscal do executivo estadual.

20. Resultado Financeiro

Em milhares de Reais	Item	31/12/2020	31/12/2019
Receita Financeira			
Receitas com juros ativos		5.699	372.793
Atualização de créditos fiscais		1.808	15.265
Total Receita Financeira		7.507	388.058
Despesas Financeiras			
Juros e encargos		(403.312)	(1.091.178)
Variação monetária		-	-
Total Despesa Financeira		(403.312)	(1.091.178)
Resultado Financeiro	(a)	(395.805)	(703.120)



(a) Resultado financeiro – o resultado negativo é decorrência das despesas com juros e atualizações monetárias dos parcelamentos fiscais.

21. Fundo Especial

Conforme legislação estadual específica, a Perpart administra o Fundo de Regularização Fundiária (FRF), cujo balanço de 31/12/2020 apresenta o seguinte valor de Patrimônio Líquido:

FUNDOS	2020	2019
FRF – Fundo de Regularização Fundiária	2.953.891	2.880.874

A Lei Estadual nº 15.145, de 08 de novembro de 2013, criou o Fundo Estadual de Regularização Fundiária (FRF) e autorizou a Perpart a adotar medidas para regularização, liquidação e incorporação de operações ao FRF de fundos indicados no citado normativo. Em 2019 não houve aumento de capital do FRF.

22. Seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

23. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2020 até a data da emissão do relatório dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis em 19 de março de 2021.